



miguilim

revista eletrônica do netlli

volume 7, número 1, jan.-abr. 2018

O TRATAMENTO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO
LIVRO DIDÁTICO DE PORTUGUÊS NO ENSINO
FUNDAMENTAL



THE TREATMENT OF LINGUISTIC VARIATION IN THE
PORTUGUESE TEXTBOOK IN FUNDAMENTAL
EDUCATION

Maria Juliane Gomes SILVA
FACULDADE SÃO LUÍS DE FRANÇA, Brasil

José Marcos Ernesto Santana de FRANÇA
UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI, Brasil

RESUMO | INDEXAÇÃO | TEXTO | REFERÊNCIAS | CITAR ESTE ARTIGO | OS AUTORES
RECEBIDO EM 25/01/2018 • APROVADO EM 11/04/2018

Resumo

O livro didático é uma ferramenta de grande importância para o professor no processo de ensino-aprendizagem em sala de aula, sendo, muitas vezes o único material utilizado pelo



professor. Considerando esse fato, o presente artigo é resultado de um estudo que teve como objetivo analisar como o livro didático de português trata/aborda a temática da variação linguística como conteúdo de ensino para as aulas de língua portuguesa e quais gêneros textuais são usados para ilustrar didaticamente os casos de variação linguística. Para isso, adotamos o roteiro de análise de materiais didáticos proposto por Lima (2014) e adotamos como *corpus* de análise um volume do 6º ano de uma coleção recomendada pelo PNLD e adotada em ampla escala. A fim de fundamentar teoricamente esta pesquisa, lançamos mãos dos PCN de Língua Portuguesa (BRASIL, 1998) e dos estudos da Sociolinguística representados por Bagno (2007), Faraco (2008) e Bortoni-Ricardo (2005, 2006). Em nossa análise, constatamos que o tratamento do referido tema é apenas pontual em um determinado capítulo e os gêneros adotados são estereotipados.

Abstract

The textbook is a tool of great importance for the teacher in the teaching-learning process in the classroom, and is often the only material used by the teacher. Considering this fact, the present article is the result of a study that had as objective to analyze how the textbook of Portuguese deals with the subject of the linguistic variation as content of teaching for the classes of Portuguese Language and which textual genres are used to illustrate cases of linguistic variation. For this, we adopted the script of analysis of didactic materials proposed by Lima (2014) and adopted as *corpus* of analysis a textbook of the 6th year of a collection recommended by the PNLD and adopted on a large scale. In order to base this research theoretically, we launched the hands of the Portuguese Language PCN (BRASIL, 1998) and the sociolinguistic studies represented by Bagno (2007), Faraco (2008) and Bortoni-Ricardo (2005, 2006). In our analysis, we found that the treatment of this topic is only punctual in a given chapter and the adopted genres are stereotyped.

Entradas para indexação

PALAVRAS-CHAVE: Variação Linguística. Ensino de Língua Portuguesa. Livro Didático de Língua Portuguesa.

KEYWORDS: Linguistic Variation. Teaching Portuguese Language. Textbook Portuguese Language.

Texto integral

INTRODUÇÃO¹

A língua portuguesa, como quaisquer línguas naturais, não é homogênea. Isso é fato. Ela varia devido a vários fatores que envolvem/circundam o falante/usuário da língua, como a classe social, o nível de escolaridade, a região de origem, entre outros. Assim, o reconhecimento da heterogeneidade da língua é o passo fundamental para desconstruir a ideia de monolinguismo no Brasil. Segundo Bagno (2007), a variação é sempre vista como um “problema”, um “defeito” da

língua que precisa ser corrigido na concepção daqueles que consideram a língua um produto pronto e acabado, que precisa ser preservado.



Ainda com uma visão prescritivista, para os gramáticos mais conservadores, tudo que foge à norma padrão, isto é, ao modelo que está preconizado na gramática normativa, é considerado erro (BAGNO, 2009). Essa questão merece destaque no âmbito acadêmico, como já apontaram Bagno (2007), Faraco (2008) e Bortoni-Ricardo (2005, 2006). Sob essa perspectiva, a intenção deste trabalho, portanto, será propiciar ao leitor² uma reflexão sobre o tema da variação linguística e o prescritivismo gramatical. Essa reflexão deve ser no sentido de possibilitar, é claro, um ensino de língua materna de forma mais dinâmica e produtiva, sem o ranço da dicotomia do certo x errado; sem a necessidade de bloquear a expressividade oral do aluno, dentro e fora do espaço escolar, como se houvesse uma “verdade” (forma) única em termos de língua.

Entre as ferramentas que consolidam o prescritivismo gramatical, na escola e no imaginário social, está o livro didático. O livro didático, em muitas situações, constitui, na maioria dos casos, a única ferramenta no processo de letramento, não só dos alunos como também dos próprios docentes atuantes no ensino básico. Portanto, fornecer a esses professores livros de boa qualidade, de acordo com os avanços das ciências da linguagem e da educação, significa um salto na construção da cidadania, partindo da presunção de que o livro didático é um dos veículos para essa função.

Como consta no portal do MEC:

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) tem como principal objetivo subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica. Após a avaliação das obras, o Ministério da Educação (MEC) publica o Guia de Livros Didáticos com resenhas das coleções consideradas aprovadas. (BRASIL, 2016, não paginado).

Dessa forma, todos os livros que irão servir como principal ferramenta para os docentes em sala de aula passarão por um processo avaliativo de seleção, antes de serem incluídos no Guia de Livros Didáticos. Assim, é construído um catálogo composto pelas obras consideradas de “boa qualidade”, o que justifica a sua inclusão no programa de compras do governo. Haja vista que não existe nenhuma coleção perfeita, as eventuais insuficiências que apresentem são superadas pelos seus aspectos positivos. Então, considerando que o livro didático na condição de suporte de ensino-aprendizagem tem influência direta sobre o aluno para a inserção da cultura letrada, é necessário verificar o tratamento da variação linguística nesse importante instrumento.

É preciso observar que a variação linguística não era objeto de ensino para a maioria dos professores de língua portuguesa e o principal papel da escola era impor aos alunos a norma padrão da língua, um modelo de “língua certa”, por isso,

os professores limitavam-se (ou limitam-se?) a ministrar aulas de ensino de gramática normativa, com finalidade de corrigir o “português errado” dos alunos. A sociolinguística, com seus estudos empíricos sobre a heterogeneidade (a variação linguística) constitutiva das línguas humanas, determinou mudanças na visão e no que se deve ser ensinado pelos professores, nos diversos níveis de escolaridade.

Assim sendo, os objetivos desta pesquisa foram: a) fazer uma investigação da presença da temática da variação linguística no livro didático do 6º ano da coleção *Português: linguagens*, de William Roberto Cereja e Tereza Cochar Magalhães, em sua nona edição reformulada, de 2015; b) identificar se a variação é constante na obra ou aparece de forma pontual, isolada; c) analisar se a terminologia utilizada se adéqua aos padrões científicos ao mesmo tempo em que são acessíveis aos alunos; e d) verificar se há utilização de gêneros textuais que sejam representativos das variantes linguísticas abordadas em situações reais de uso.

O tema de pesquisa proposto foi escolhido a partir do interesse de conhecer como e se os livros didáticos de língua portuguesa tratam da heterogeneidade/variação linguística do português brasileiro. Nesse passo, buscou-se averiguar como se dá a abordagem do tema e de que forma é trabalhado no espaço do livro em análise e se, de fato, atinge o propósito de conscientizar os alunos sobre a importância de respeitar as diferentes variantes de uma língua.

O trabalho está dividido da seguinte forma: no primeiro tópico, discutimos o escopo da sociolinguística, ao estabelecer a relação entre a língua, a sociedade e os usos do falante; no segundo, discutimos o papel da sociolinguística no ensino de línguas, e em específico, no de língua portuguesa; no terceiro, analisamos o *corpus*, o capítulo do livro e o tratamento/abordagem dado ao tema da variação linguística; por fim, anotamos as nossas conclusões sobre o material analisado.

A SOCIOLINGUÍSTICA: RELAÇÃO ENTRE CULTURA, LÍNGUA, SOCIEDADE E FALANTE

A sociolinguística é um ramo da linguística que estuda a relação entre a língua e a sociedade. Os estudos feitos sobre a linguagem vêm em busca de respostas para compreender a relação linguagem e sociedade, sabendo-se que esses elementos estão estritamente ligados, haja vista que em todo o tempo o homem utilizou uma forma de comunicação, primeiro com a comunicação oral, segundo a escrita, entretanto essas duas modalidades fazem parte de um sistema linguístico de uma comunidade, o qual permite que o ser humano estabeleça contato um com o outro.

Saussure, pioneiro da corrente estruturalista, reconhecia a importância de natureza etnológica, histórica e política, apesar de seus estudos voltaram-se essencialmente para o organismo linguístico interno, uma vez que ele concebia a língua como produto homogêneo e sua análise partia da observação como comportamento linguístico de uma sociedade. A língua é vista por Saussure como um sistema invariante, ou seja, não varia a maneira como os falantes de uma

sociedade falam, entretanto, a sociolinguística acredita em tudo aquilo que Saussure deixa de lado, como, a fala e suas variações linguísticas.



Os estudos sobre a sociolinguística foram consolidados depois de 1964 com a realização de um congresso na Universidade da Califórnia, no estado de Los Angeles, Estados Unidos, organizado por William Bright, e contou com a participação de importantes figuras nos estudos da sociolinguística mundial: William Labov, Dell Hymes e John Gumperz, entre outros estudiosos que valorizavam a relação interdisciplinar entre linguagem, cultura e sociedade, e que também contribuíram para a formação da sociolinguística atual. Em vista disso, a *sociolinguística variacionista* também é denominada de *Teoria da Variação*.

As primeiras investigações acerca de estudos sociolinguísticos surgiram a partir de Bright (em 1966) e Fishman (em 1972), os quais passaram a incorporar os aspectos sociais nas descrições linguísticas. Segundo Labov (2008), para Bright a matéria de que trata a sociolinguística é precisamente a diversidade linguística. De acordo com Bright, diz ainda o autor, as dimensões dos estudos estão condicionadas a vários fatores sociais, com os quais a diversidade linguística se encontra relacionada nas identidades sociais do emissor e receptor e na situação comunicativa. Essa nova área de estudo linguístico, denominada sociolinguística, surge confusa e desprovida de um grande marco teórico. Dando prosseguimento aos estudos de Bright, Labov (2008) passa a descrever a heterogeneidade linguística, pois, para ele, todo fato linguístico relaciona-se a um fato social, e que a língua sofre implicações de ordem fisiológica e psicológica. Labov, por seus estudos, ficou conhecido por ser o representante da Teoria da Variação Linguística.

A sociolinguística, ou Teoria da Variação, nasce a partir do reconhecimento da importância da fala. Sua preocupação é observar o fenômeno linguístico em sua abrangência dialetal e variacional, observando como a língua funciona em um contexto de fala, e quais os fatores que influenciam para que as mudanças linguísticas ocorram. Ela entende a língua como uma estrutura viva, que está em constante modificação, ou seja, ela possui caráter mutacional e heterogêneo. A respeito desse tema, Bortoni-Ricardo (2005, p. 20) afirma:

A sociolinguística se ocupa principalmente das diversidades nos repertórios linguísticos das diferentes comunidades conferindo às funções sociais que a linguagem desempenha a mesma relevância que até então se atribuía tão-somente aos aspectos formais da língua.

Dessa forma, a sociolinguística é uma área da linguística que estuda a língua através de fatores externos, os quais caracterizam a diversidade e a heterogeneidade linguísticas. O estudo da “relação língua e sociedade” seria o sentido do termo “sociolinguística”, em sua etimologia.

Como “A sociolinguística é uma área que estuda a língua em seu uso real, levando em consideração as relações entre a estrutura linguística e os aspectos sociais e culturais da produção linguística” (CEZARIO; VOTRE, 2009, p. 141), a



concepção de língua implicada é o conjunto das variedades utilizadas por uma determinada comunidade, reconhecidas como heterônimos, isto é, formas diversas entre si, mas pertencentes à mesma língua. Em vista disso, segundo Tarallo (1997), Labov observou que variações linguísticas ocorriam em função de influências de fatores sociais, por esse motivo ele concluiu que é impossível compreender a progressão de uma mudança na língua fora da vida social de uma comunidade em que ela se produz. Não é necessário dizer que uma comunidade é composta de pessoas, de falantes, e que são elas que dão vida à língua, à linguagem em uso.

A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E O ENSINO DE LÍNGUAS

Tarallo (1997, p. 8) afirma que: "[...] variantes linguísticas são diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade. A um conjunto de variantes dá-se o nome de *variável linguística*", por isso, as formas em variação recebem o nome de *variantes linguísticas* (TARALLO, 1997). Dessa forma, para os sociolinguistas, nas comunidades de fala, frequentemente, existirão formas linguísticas em variação, isto é, formas que estão em co-ocorrência (quando duas formas são usadas ao mesmo tempo) e em concorrência (quando duas formas concorrem entre si). Segundo Labov (2008), a variação traduz duas ou mais formas distintas de dizer a mesma coisa, ou seja, a pressuposição de formas linguísticas alternativas de expressar o mesmo significado ou função. Sendo assim, cada variável pode representar uma forma abstrata que se materializa nas suas formas variantes.

Segundo Alkmim (2004, p. 34), "[...] as variações observadas nas línguas são relacionáveis a fatores diversos: dentro de uma mesma comunidade de fala, pessoas de origem geográfica, de idade, de sexo diferentes falam distintamente". Portanto, não se trata de determinar o certo ou errado na língua, mas de tratar, sem preconceito, as diferenças linguísticas existentes nessa língua (observado o princípio da alteridade) como uma realidade inerente a toda e qualquer língua natural.

Alkmim (2004, p. 34) diz que é possível "[...] descrever as variedades linguísticas a partir de dois parâmetros básicos: a variação geográfica (ou diatópica) e a variação social (ou diastrática)": a) a variação geográfica ou diatópica está relacionada às diferenças linguísticas distribuídas no espaço físico, observáveis entre falantes de origens geográficas distintas; b) a variação social ou diastrática está relacionada a um conjunto de fatores relativos à identidade dos falantes e também à organização sociocultural da comunidade de fala, como: classe social, idade, sexo, situação ou contexto social (neste caso, são chamadas de variações estilísticas ou registros).

A sociolinguística passa a dar suporte teórico para os debates que, principalmente nas últimas décadas do século XX, sustentavam mudanças de paradigmas para o ensino de língua, motivados, como afirma Soares (2009), pela massificação do ensino e pela inserção de uma nova clientela nos bancos escolares.

Parte-se do princípio de que toda e qualquer língua é marcada pela heterogeneidade de usos que caracterizam as variações linguísticas, reconhecidas como um fenômeno que está presente em todas as línguas particulares. Nesse sentido, Faraco (2008, p. 33) afirma que:



No plano empírico, uma língua é constituída por um conjunto de variedades. Em outras palavras, não existe língua para além ou acima do conjunto das suas variedades constitutivas, nem existe a língua de um lado e as variedades de outro, como muitas vezes se acredita no senso comum: empiricamente a língua é o próprio conjunto das variedades. Trata-se, portanto, de uma realidade intrinsecamente heterogênea.

Diferentemente dos estudos tradicionais de língua, de base normativo-gramatical, que legitimam apenas o uso da dita norma padrão,

os estudos sociolinguísticos oferecem valiosa contribuição no sentido de destruir preconceitos linguísticos e de relativizar a noção de erro, ao buscar descrever o padrão real que a escola, por exemplo, procura desqualificar e banir como expressão linguística natural e legítima. (MOLLICA, 2010, p. 13).

Percebe-se, portanto, que os estudos linguísticos polemizam a concepção de erro em língua e trazem à tona preconceitos linguísticos existentes (de forma camuflada) contra as variedades não padrão e o reflexo disso para os falantes dessas variedades, revelando que há uma relação direta entre a classe social do falante e os “erros de português” que ele comete: quanto mais baixa a classe social a que pertença o falante mais “erros de português” serão cometidos porque ele estaria mais distante da variedade padrão.

Segundo Bortoni-Ricardo (2006, p. 72), no entanto,

todo falante nativo de português, independentemente de sua posição no contínuo de urbanização e independentemente também do grau de monitoração estilística na produção de uma tarefa comunicativa, produz sentenças bem formadas, que estão de acordo com as regras do sistema da língua que esse falante internalizou. Essas sentenças podem seguir as regras da chamada língua-padrão ou as regras das variedades rurais ou urbanas. Em um ou outro caso, serão bem formadas.

Seguindo esse princípio de que qualquer falante nativo sabe produzir sentenças bem formadas, independentemente da variedade linguística que utilize, “Não se pode confundir, pois, o conceito de sentenças bem formadas, que provém

da noção de competência, com a noção de “erro” que as nossas gramáticas normativas defendem” (BORTONI-RICARDO, 2006, p. 72). Nesse sentido, chegamos à noção de *competência comunicativa*: é a competência que permite a um falante saber o que falar e como falar com quaisquer interlocutores em quaisquer circunstâncias, fazendo uso de normas de adequação definidas em sua cultura, independentemente da variedade linguística utilizada.

Desse modo, o foco da discussão não estaria na abordagem do certo ou do errado, mas naquilo que seria considerado “adequado” ou “inadequado” em função dos usos sociais da língua. Ou seja, não se concebe um erro linguístico, mas uma inadequação de uso linguístico, o que implica dizer que, segundo Travaglia (2003), não existe o erro linguístico, em princípio, mas a inadequação da variedade linguística utilizada. Para a ciência da linguagem, portanto, não há erro de língua, apenas uma inadequação de uso da variedade a depender do contexto social de uso ou do gênero textual empregado. Isso remete à concepção de *competência comunicativa*, a qual inclui “[...] não só as regras que presidem à formação das sentenças, mas também as normas sociais e culturais que definem a adequação da fala” (BORTONI-RICARDO, 2006, p. 73).

Já estava explicitamente assumido no texto dos PCN-LP, o tema da variação linguística como parte do ensino de língua portuguesa:

A variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá, independentemente de qualquer ação normativa. Assim, quando se fala em ‘Língua Portuguesa’ está se falando de uma unidade que se constitui de muitas variedades. (BRASIL, 1998, p. 29).

De acordo, ainda, com os PCN-LP (BRASIL, 1998), a escola deve oferecer condições para que o aluno desenvolva seus conhecimentos, desenvolvendo as habilidades de: a) leitura e escrita conforme seus propósitos e demandas sociais; b) expressar-se adequadamente em situações de interação oral diferentes daquelas próprias de seu universo imediato; c) refletir sobre os fenômenos da linguagem, particularmente os que tocam a questão da variedade linguística, combatendo a estigmatização, discriminação e preconceitos relativos ao uso da língua.

Portanto, a sociolinguística tem uma forte contribuição para a introdução do ensino da variação linguística nos livros didáticos e uma reflexão sobre ensino de línguas de um modo geral, pois trata da relação entre língua e sociedade e evidenciou o caráter heterogêneo de toda e qualquer língua. Os professores contam com o auxílio do livro didático, mas nem sempre usam esse e outros recursos de maneira adequada já que a cada ano os mesmos conteúdos são transmitidos da mesma forma. Desse modo, é provável que este material possa não responder aos objetivos esperados. O ensino da Língua Portuguesa não deve se basear, em princípio, apenas no livro didático, mas o professor deve possuir o conhecimento teórico necessário de princípios e conceitos da sociolinguística e deve estar apto para tratar do tema da variação linguística em sala de aula.

O TRATAMENTO/ABORDAGEM DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO LIVRO DIDÁTICO DE PORTUGUÊS



Neste tópico, faremos uma análise do livro selecionado, *Português: linguagens*, do 6º ano, de autoria de William Roberto Cereja e Thereza Cochar, e pretendemos responder às seguintes questões norteadoras extraídas de Lima (2014): a) A variação linguística é uma constante no livro ou aparece de forma pontual, isolada? b) A terminologia utilizada se adequa aos padrões científicos ao mesmo tempo que é acessível ao aluno? c) Há a utilização de gêneros textuais que sejam representativos das variantes linguísticas abordadas em situações reais de uso? Para responder a essas perguntas, num primeiro momento, vamos fazer uma breve descrição de como o livro está estruturado e do capítulo onde está situado o “assunto” sobre variação linguística.

O livro está dividido em quatro unidades, composta por três capítulos cada uma delas. O tema da *variação linguística* é abordado apenas na primeira unidade, no segundo capítulo, na seção *A língua em foco*, intitulada *As variedades linguísticas*. Os autores começam com o item *Construindo o conceito* com uma tirinha de humor, para, então, através dela, introduzir o conceito de *variedades linguísticas*, conforme a reprodução abaixo:

Figura 1 – Tirinha de humor



Fonte: CEREJA; MAGALHÃES (2015, p. 39).

A proposta da tirinha é levar o aluno a refletir sobre a variação linguística, a partir das diferenças no uso da língua dos personagens. O estranhamento da personagem mulher é justamente as palavras pronunciadas pelo papagaio, quando ele troca o “l” pelo “r” (*bicicreta* por bicicleta), pospõe o “r” na sílaba posterior (*cocrete* por croquete) e antepõe o “r” na sílaba anterior (*cardeneta* por caderneta). Diante disso, a mulher vai devolver o animal dizendo que ele fala tudo “errado”, e

conclui que o pássaro fala igual ao antigo dono, isso explicaria o motivo de ele falar de forma “errada” porque reproduz a fala conforme ele aprendeu.



Após explorarem a tirinha com algumas questões que se pretendem dedutivas do tema em foco, os autores apresentam o seguinte texto com uma introdução ao assunto:

Como nosso país é muito grande, desigual, com estados grandes e pequenos, ricos e pobres, com gente vivendo no litoral, na floresta, nas cidades, em povoados ou na roça, é natural que a língua portuguesa sofra variações a que chamamos **variedades linguísticas**. (CEREJA; MAGALHÃES, 2015, p. 40, grifos do autor).

Em seguida, eles citam os fatores que propiciam os tipos de variações:

Além das variações resultantes de localização geográfica, uma língua também pode apresentar variações decorrentes de outros fatores, como idade, profissão, grau de escolaridade. Por exemplo, uma pessoa mais velha do que nós ou que exerce uma determinada profissão pode usar a língua de forma diferente da nossa. (CEREJA; MAGALHÃES, 2015, p. 40).

Após essas explanações e considerações, chegam ao conceito: “**Variedades linguísticas** são as variações que uma língua apresenta em razão das condições sociais, culturais e regionais nas quais é utilizada” (CEREJA; MAGALHÃES, 2015, p. 40, grifos do autor).

Os autores definem também *norma-padrão* e *variedades urbanas de prestígio* para depois tratarem das variedades linguísticas. Eles explicam de forma bem clara que norma padrão é uma espécie de “lei” que orienta o uso da língua, formas estas registradas nos dicionários e nos livros de gramática. Ainda enfatizam que a língua “padrão” não existe de fato como língua, porque nem sempre se fala o português padrão em todas as circunstâncias ou situações de uso. Ela é apenas um modelo para orientar os falantes nos momentos que precisarem fazer uso dela. Segundo os autores, “**Norma-padrão** é uma referência, uma espécie de modelo ou de ‘lei’ que normatiza o uso da língua, falada ou escrita” (CEREJA; MAGALHÃES, 2015, p. 41). Já as “**Variedades urbanas de prestígio**, também conhecidas como **norma culta**, são as variedades empregadas pelos falantes urbanos mais escolarizados e de renda mais alta” (CEREJA; MAGALHÃES, 2015, p. 41, grifos do autor).

É imperativo ressaltar que nem sempre falantes de zonas rurais³ e de renda mais baixa necessariamente utilizarão variedades desprestigiadas, haja vista que existem falantes do português que não foram escolarizados ou são pouco escolarizados, mas, por conviverem em ambientes de letramento favoráveis, podem dominar variedades de prestígio e serem de área/zona *rurbana*. Conforme esclarece Bortoni-Ricardo (2006, p. 52):



Os grupos rurbanos são formados pelos migrantes de origem rural que preservam muito de seus antecedentes culturais, principalmente no seu repertório linguístico, e as comunidades interioranas residentes em distritos ou núcleos semi-rurais, que estão submetidas à influência urbana, seja pela mídia, seja pela absorção de tecnologia agropecuária.

Os autores em nenhum momento cogitam ou fazem qualquer referência a tal conceito em sua abordagem. Eles se fecham em verdades inexoráveis e ignoram conceitos como o de zona rurbanda, o meio termo entre o rural e o urbano e o quanto isso diz respeito aos usos linguísticos e a influência nas variedades linguísticas urbanas de prestígio usadas por falantes dessas zonas rurbandas.

Em relação à terminologia empregada que faz referência à norma-culta como variedade de prestígio, contraditoriamente os autores afirmam que a língua-padrão é homogênea, ou seja, não varia. Portanto, o uso desse termo é inadequado, conforme observa Faraco:

Enquanto a norma culta/comum/*standard* é a expressão viva de certos segmentos sociais em determinadas situações, a norma-padrão é uma decodificação relativamente abstrata, uma baliza extraída do uso real para servir de referência, em sociedades marcadas por acentuada dialeção, a projetos políticos de uniformização linguística. (FARACO, 2008, p. 75).

Para o referido autor, o termo mais adequado para definir o uso culto da língua seria *norma-culta*, pois *norma-padrão* não condiz com a realidade linguística de uso corrente pelos falantes considerados cultos. Antes, trata-se de uma forma abstrata, idealizada e, muitas vezes, ultrapassada, ou seja, seu uso já não tem mais respaldo em práticas de linguagem do dia a dia, nos diversos gêneros textuais que circulam na sociedade. Como diz Faraco (2008), a norma-padrão serve a um propósito político de *uniformização linguística* visando a uma uniformização político-ideológica que perpassa pelo linguístico.

Para tratar do tema, os autores fazem o uso de gêneros textuais para conceituar sobre o que é variação, como charges e tirinhas que possivelmente possam representar situações “reais” do cotidiano do aluno, que estão na faixa etária da pré-adolescência, quiçá, portanto, o uso de personagens dentro dessa faixa etária procura aproximar o alunado da realidade comunicativa, ou seja, para que ele se identifique. Na sessão *Falar bem é falar adequadamente*, os autores fazem uso de uma tirinha (na página 41), a qual cria o humor a partir do conceito de *adequação* e *inadequação* em relação ao uso de roupas para determinadas ocasiões, pretendo com isso fazer um paralelo, uma analogia mais palpável para o leitor, entre o modo de falar e o modo de se vestir: ambos os atos requerem adequação nos usos de seus respectivos objetos. Assim como existe uma roupa adequada para cada ocasião social, existe, também, um modo adequado de se

expressar, de fazer uso da língua, da variedade linguística, dependendo da ocasião social.

Figura 2 – Tirinha de humor sobre *adequação e inadequação*



Fonte: BLOG DO PROFESSOR DIOGO (2017, não paginado).

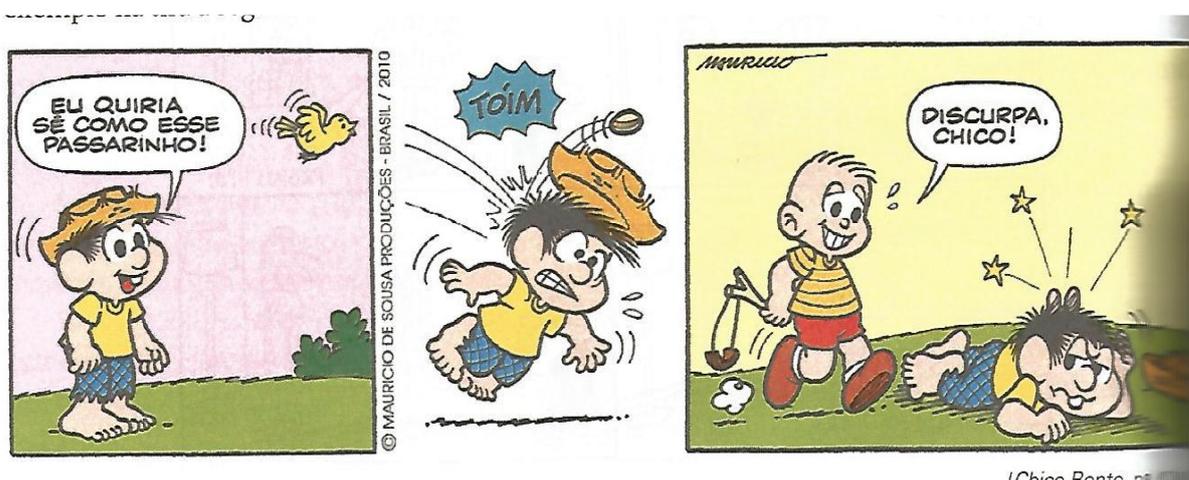
Como se pode perceber, o humor da tirinha está no fato de o personagem Zezo está vestido *inadequadamente* para uma cerimônia de casamento: boné, camiseta, bermuda. Após a observação de seu pai, apontando justamente a inadequação das roupas para o momento, ele acrescenta uma gravata e isso é o que provoca o humor. Sabe-se, no entanto, que, assim como ocorre com o uso de roupas adequadas ou inadequadas para certas ocasiões, com o uso da língua não é muito diferente. Usam-se as variedades de acordo com a situação, o contexto, o interlocutor e o ambiente de fala (ou mesmo o suporte), pois existem situações que exigiriam do falante uma variedade mais próxima da norma culta, porém, em outras, não terá a necessidade de tanta formalidade. O que os autores pretendem é, assim compreendemos, esclarecer aos leitores a importância que cada variedade tem, mas, acima de tudo, a importância de saber usá-las de forma adequada de acordo com a circunstância de uso da língua. Na verdade, sabe-se que existem padrões estabelecidos pela sociedade que discriminam e desvalorizam o falante que não tem o domínio dessa norma dita “cultura” e o coloca à margem da sociedade, por isso a importância de deixar os alunos cientes sobre todas as variedades da língua, como uma forma de desmistificar e quebrar o preconceito linguístico na sala de aula.

No tópico que se refere aos *Tipos de variação linguística*, os autores elencam em subtópicos o que eles chamam de “diferentes motivos” que podem provocar “as

variações de uma língua”: “diferenças de lugar ou região”, “escolaridade e classe social”, “diferenças históricas”, “oralidade e escrita”, “formalidade e informalidade: graus de monitoramento” e “a gíria”.

Na página 42, os autores usam como recurso para ilustrarem seus exemplos, as falas de personagens de histórias em quadrinhos da turma da Mônica, como o “Chico Bento”, para construir o conceito de variação regional (ou diatópica)⁴, no subtópico *Diferenças de lugar ou região*.

Figura 3 – Tirinha de humor sobre variação regional



Fonte: CEREJA; MAGALHÃES (2015, p. 42).

Nessa tirinha, os autores fazem a relação entre os falantes de algumas regiões do interior (zona rural) com os da cidade (zona urbana). No 1º quadrinho, eles afirmam que a fala do Chico Bento⁵ está de acordo com a língua falada pela maior parte dos brasileiros, quando ele fala “quiria” em vez de “queria”, e “sê” em vez de “ser”, seria a diferença no som (pronúncia). Já no 3º quadrinho, o outro personagem fala “discurpa”, em vez de “desculpa”, trocando o “l” pelo “r”, comum entre os falantes do dialeto caipira (trata-se do fenômeno linguístico conhecido como rotacismo).

Os autores, no subtópico *Escolaridade e classe social*, retomam os exemplos da página 39 (a tirinha de abertura) e afirmam que o emprego de “bicicreta” (bicicleta), “cocrete” (croquete) e “cardeneta” (caderneta) é comum entre pessoas que frequentaram pouco ou não frequentaram a escola. Essa colocação parece incorreta e desproporcional, pois, isso dá ideia de que somente os falantes de zonas rurais e com pouca escolarização fazem o uso dessa variedade e que somente falantes das zonas urbanas dominam a norma mais próxima da “cultura”. No entanto, o que se observa é que todo o falante brasileiro, independente da região de origem, faz uso dessas variedades no ato da fala, a não ser em situação de monitoramento de fala onde ele terá maior preocupação em se aproximar o mais perto possível da norma “cultura”. Conforme Bagno (2007, p. 120):

Um dos principais problemas que encontramos nos livros didáticos é uma tendência a tratar da variação linguística em geral como sinônimo de variedades regionais, rurais ou de pessoas não escolarizadas. Parece estar por trás dessa tendência a suposição (falsa) de que os falantes urbanos e escolarizados usam a língua de um modo mais “correto”, mais próximo do padrão, e que no uso que eles fazem não existem variação.

Como bem observa o autor, o uso de variedades da língua consideradas não padrão não é um privilégio apenas de falantes de zona rural, de pouca escolaridade, mas de todo e qualquer falante, seja da zona urbana, seja escolarizado, contudo, o que leva a um julgamento de valor é a condição socioeconômica em que se encontre esse falante, pois isso favorece um pré-julgamento de sua fala, o que caracteriza o preconceito linguístico.

Segundo Bortoni-Ricardo (2005), é na sala de aula, como em qualquer domínio social, que o indivíduo (falante de determinada variedade) apresenta o grau de variação, pois se sabe que esse processo é inerente à comunidade linguística de onde provém. Assim, com a utilização do personagem Chico Bento, de Maurício de Sousa, pretenda-se, talvez, que os alunos do 6º ano se familiarizem (ou se identifiquem?) e (re)conheçam (n)a cultura rural e (n)a diversidade (sócio)linguística. Porém, corre-se o risco de apenas corroborar o estigma do “português errado” e da “fala errada” do caipira já estereotipado no imaginário do aluno-falante.

Em relação às *Diferenças históricas*, o texto é muito sucinto. Não há maiores explicações, restringindo-se apenas aos “versos de uma música de roda” e destaca as palavras “vintém” e “toleirama” e lhes dá os respectivos significados observando que tais palavras caíram em desuso

No subtópico *Oralidade e escrita*, os autores explicam superficialmente que existem diferenças entre língua oral e escrita. Eles ressaltam que na oralidade pode-se fazer uso de expressões comuns do cotidiano, tais como: *né?, tá?, entendeu?, hum...* etc. Já na língua escrita, é mais monitorada e pode-se escolher melhor os termos a serem usados, para melhorar a compreensão e transmitir exatamente aquilo que se deseja. No entanto, é preciso ressaltar que o contexto ou tipo de gênero pode tornar essas diferenças pouco ou nada marcadas, isto é, o texto pode ser escrito, mas pode trazer marcas de termos da oralidade dependendo da finalidade do gênero e do suporte.

Isso remete a um outro aspecto que também influencia no uso de variedades linguísticas: o “grau de formalidade ou informalidade”. Formalidade quando se fala de uma forma mais cuidadosa, com uma maior preocupação estilística, evitando o uso de gírias e expressões grosseiras, monitoramos a fala mesmo sem perceber, como por exemplo, em uma entrevista de emprego ou quando se dirige a pessoas com um maior nível de instrução. Os autores trazem uma ilustração de um gênero textual da atualidade, proveniente do ambiente virtual, o *e-mail*, para explicar e diferenciar os graus de *formalidade* e

informalidade da língua. Dependendo do grau de monitoramento e da relação social entre os interlocutores (pela intimidade explícita entre os interlocutores), nesse gênero podem ocorrer graus de maior ou de menor formalidade ou informalidade, mesmo na escrita, ou seja, o gênero *e-mail* não pode ser tomado tão somente como exemplo de um gênero em que se predomina o uso informal da língua, pois pode haver também com grau de formalidade, dependendo do assunto ou do nível de intimidade do interlocutor/destinatário.

Os autores trazem, na subseção *A gíria*, explicações sobre a gíria como parte das possibilidades de variações linguísticas criadas por determinados grupos sociais e cujo “tempo de vida” geralmente é curto, pois marca uma época, um período e pode ser ou não incorporada ao léxico da língua. Os autores tratam a *gíria* como um tipo de variação linguística. À página 45, em um box, há a seguinte tirinha:

Figura 4 – Tirinha de humor sobre gíria



Fonte: CEREJA; MAGALHÃES (2015, p. 45).

As gírias, segundo os autores, também são um tipo de variedade linguística. Elas são perceptíveis, no entanto, entre falantes de algumas comunidades sociais; elas identificam a que grupo de pessoas o falante pertence dentro da sociedade. Em relação às gírias existentes na língua e o uso adequado para cada uma delas, mostram que gírias entram em desuso e com o passar dos anos elas deixam de ser pronunciadas e quando isso não acontece, elas se tornam parte do vocabulário da língua, deixando assim de serem gírias. Além de comentarem as gírias presentes nas falas dos personagens da tirinha (“estamos ligados”, “só”, “mó feliz”, “10 paus” etc.), a seção traz alguns exemplos de gírias atuais e antigas para exemplificar, como: “azarar”, “boia”, “rango”, “do bem”, exemplos de gírias atuais; “bafafá”, “bicho”, “carango”, “chuchu beleza”, exemplos de gírias antigas, que caíram em desuso. Nessas questões, os autores tratam de forma coerente o uso das gírias nos exercícios explorados.

Ao tratar a gíria como um aspecto aceitável da variação linguística, os autores desmistificam que a gíria é um uso “errado” da língua, que quem a usa demonstra não conhecer ou dominar a língua padrão, ou seja, há um preconceito

quanto ao uso da gíria. Assim como ocorre com as demais variedades linguísticas, há para a gíria também o seu lugar, o seu espaço de uso, por isso, se aplica a ela também a questão da “adequação” ou “inadequação” de uso, isto é, é preciso observar a circunstância e o contexto em que for empregá-la.

Os exercícios, num livro didático, têm o objetivo de levar os alunos a refletir sobre o que foi explanado por todo o capítulo destinado à variação linguística e também se os mesmos entenderam o assunto. Vale a observação, portanto, de que os autores na reformulação da obra retiraram alguns textos e exercícios da edição anterior. Na 7ª edição, de 2012, os exercícios da seção *As Variedades Linguísticas na Construção Texto* começam usando a letra da música *Saudosa maloca*, de Adoniram Barbosa (CEREJA; MAGALHÃES 2012), mas esse texto já não consta na 9ª edição, de 2015. Entre as questões propostas, em relação a esse texto, pedem que os alunos identifiquem termos na música que geralmente são usados pelos caipiras e pessoas de baixa escolaridade. O uso da letra dessa música tem o claro objetivo de explorar a noção de variedade social (ou diastrática), levando-se em conta que as vozes do texto (eu-poético) representam falas de “pessoas” pouco ou não escolarizadas, pois se trata de pessoas pobres que não têm sequer moradia (como nos aponta o contexto), assim formas linguísticas como: “Mais um dia//nóis nem pode se alembrá//Veio os homi cas ferramentas” são usadas para caracterizar as falas dos personagens e marcar a variedade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi verificado que a variação linguística é apresentada apenas em um capítulo destinado para este fim. Notamos que ela aparece como se fosse apenas para atender à exigência legal⁶ de abordar o assunto no livro didático, já que não foi encontrado em nenhum outro capítulo do livro.

Nesta pesquisa, foi possível identificar que, apesar do esforço notável dos autores em desfazer o preconceito linguístico, ainda está longe de conseguir desmistificar esse preconceito tão arraigado na sociedade brasileira em geral, de que, quem não domina a norma-padrão é *menos* prestigiado e visto como *menos* inteligente do que aqueles que “supostamente” dominam bem a dita norma-padrão. Outro ponto que se contrapõe ao objetivo de quebrar paradigmas sobre o preconceito linguístico, quando por mais de uma vez os autores falam em “linguagem usada por caipiras e pessoas menos escolarizadas”, eles reforçam o preconceito que de certa forma bloqueia a expressividade dos alunos falantes dessas determinadas variedades, ao se depararem com exemplos com os quais eles podem se identificar, por isso a importância de materiais didáticos de boa qualidade e professores aptos técnica e didaticamente para abordar e tratar a questão em tela com a devida propriedade linguístico-científica sem preconceito.

O livro analisado aborda o tema de maneira um tanto satisfatória, porém, ainda existem deficiências presentes no contexto, tais como terminologias que não estão de acordo com a teoria da sociolinguística. Os autores, no que diz respeito à linguagem, abordam o tema com uma linguagem clara, acessível e de fácil

compreensão, levando-se em consideração o público leitor a que se destina o livro, quiçá por isso não usem de uma terminologia mais técnica, mais científica, o que é até considerável. Mas o uso de tirinhas com personagens da turma da Mônica (como o Chico Bento), por exemplo, que não condiz com a realidade linguística das pessoas provenientes da zona rural, torna esses exemplos inócuos e reforçam os estereótipos já constituídos sócio-culturalmente, de forma negativa, em torno dos falantes de zona rural.

Os principais objetivos no ensino de Língua Portuguesa no ensino fundamental, acreditamos, são propor e proporcionar atividades que desenvolvam atitudes e capacidades na compreensão da variação linguística e no convívio com a diversidade dialetal, de forma a evitar o preconceito linguístico e a valorizar as diferentes possibilidades de expressão linguística. É preciso ressaltar que não se trata apenas de o livro didático abordar o tema para que se cumpra uma exigência formal do PNLD, por exemplo, mas deve haver um compromisso em discutir e defender explicitamente a variação linguística em sala de aula como matéria de ensino e reflexão sobre a língua e o seu uso social. Isso é o que caracteriza a educação linguística como princípio de respeito à fala do outro, pois nesse respeito linguístico estão envolvidos, intrínsecos, também, o respeito social e o político pelo outro.

Notas

¹ O texto-base deste artigo foi apresentado ao Curso de Letras da Faculdade São Luís de França, em dezembro de 2016, como Trabalho de Conclusão de Curso sob a orientação do coautor, como pré-requisito parcial de conclusão de curso. À época da apresentação, o orientador era professor substituto da Universidade Federal de Sergipe. O texto original passou por uma releitura e sofreu significativa revisão nas referências e nas análises o que ocasionou um acréscimo de laudas.

² O leitor aqui pretendido são os professores de ensino básico e estudantes de Letras e áreas afins que fazem a educação básica, tendo em vista que a formação no ensino básico envolve todas as áreas, disciplinas que o compõem, ou seja, é responsabilidade de todos e não apenas do professor de Língua Portuguesa.

³ Com o advento das TICs, internet, telefone celular, antena parabólica, televisão etc. não se pode mais falar em isolamento total, sem contato com o “mundo urbano” ou com as variedades urbanas de prestígio. Além disso, temos a realidade do continuum linguístico da zona rurbana tão bem retrata nas pesquisas de Stella Maris Bortoni-Ricardo.

⁴ Os autores não fazem uso dessa terminologia.

⁵ Invariavelmente esse é o recurso mais utilizado pelos livros didáticos de LP: tirinhas com o personagem Chico Bento e outros que fazem parte do ambiente rural que ele representa. Em outras obras que consultamos para o mesmo ano de escolaridade, o recurso é sempre o mesmo. Esse recurso, tomado como um recorte da fala caipira, passa a ter um caráter de verdade, ou seja, a fala do personagem da revista em quadrinhos é a reprodução fiel da verdadeira fala do caipira que tem pouca ou nenhuma escolaridade. Essa ideia é um equívoco! No entanto, da forma como está posto, onde está posto (o suporte livro didático de LP) e

servindo de exemplo ao que se está ensinando, é pouco provável que o professor e, muito menos o aluno, venha a questionar a sua veracidade. A nosso ver, se a intenção dos autores é combater, desmistificar o preconceito linguístico, antes, eles só corroboram um dos traços desse preconceito: falantes da zona rural falam “errado”, como o Chico Bento.



⁶ Atender às diretrizes do PNLD e dos demais documentos oficiais, como PCN, OCN, DCN etc.

Referências

- ALKMIM, T. M. Sociolinguística (parte I). In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 21- 47
- BAGNO, M. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. 3. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- BAGNO, M. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 52. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- BLOG DO PROFESSOR DIOGO. *Atividade sobre variação linguística e preconceito linguístico*. Disponível em: <<http://diogoprofessor.blogspot.com.br/2016/11/atividade-sobre-variacao-linguistica-e.html>>. Acesso em: 20 dez. 2017.
- BORTONI-RICARDO, S. M. *Nós chegemos na escola, e agora?: sociolinguística e educação*. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2005.
- BORTONI-RICARDO, S. M. Competência comunicativa. In: _____. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. 4. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 71-78.
- BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental*. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília: Ministério da Educação, 1998.
- BRASIL. *Programa Nacional do Livro e do Material Didático*. Ministério da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pnld/apresentacao>>. Acesso em: 28 maio 2016.
- CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. *Português: linguagens*. 6º ano: língua portuguesa. 7. ed. reform. São Paulo: Saraiva, 2012.
- CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. *Português: linguagens*. 6º ano: língua portuguesa. 9. ed. reform. São Paulo: Saraiva, 2015.
- CEZÁRIO, M. M.; VOTRE, S. Sociolinguística. In: MARTELOTTA, M. E. *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 141-155
- FARACO, C. A. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Alves Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.
- LIMA, R. J. Variação linguística e os livros didáticos de português. In: MARTINS, M. A.; VIEIRA, S. R.; TAVARES, M. A. (Org.). *Ensino de português e sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 115-132.

MOLLICA, M. C. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 9-14.

SOARES, M. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. São Paulo: Ática, 2009.

TARALLO, F. *A pesquisa sociolinguística*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1997.

TRAVAGLIA, L. C. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática*. 9. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2003.

Para citar este artigo

SILVA, Maria Juliane Gomes; FRANÇA, José Marcos Ernesto Santana de. O tratamento da variação linguística no livro didático de português no Ensino Fundamental. *Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli*, Crato, v. 7, n. 1, p. 79-97, jan.-abr. 2018.

Os autores

Maria Juliane Gomes Silva é graduada em Letras-português pela Faculdade São Luís de França.

José Marcos Ernesto Santana de França é doutor em linguística e professor-assistente do Departamento de Línguas e Literaturas da Universidade Regional do Cariri/CE; membro dos grupos de pesquisa: DISCULTI/URCA/CNPq (Discurso, Cultura e Identidades) e TLB/UFPB/CNPq (Teorias Linguísticas de Base).